

HERNANI LÚCIO ANDRÉ CAMBINDA

Faculdade de Direito da Universidade Católica de Angola

EMPREITADA PARA CONSUMO

UNIVERSIDADE CATÓLICA EDITORA
LISBOA 2015

OBJETIVO

O contrato de empreitada tem merecido nas leis relativas à proteção dos consumidores um tratamento subalterno quando comparado com alguns tipos contratuais que lhe são vizinhos. Tal tratamento ocorre quer nas diretrizes comunitárias quer nas leis internas que as transpõem. A verdade é evidente. Nesta senda, os contratos de compra e venda, viagens organizadas, seguro de locação financeira, entre outros, mereceram tratamento legislativo autónomo a nível comunitário e, conseqüentemente, interno, o mesmo não ocorrendo com o contrato de empreitada, o qual as leis comunitárias e nacionais, nomeadamente a portuguesa, no domínio do direito do consumo, tratam como uma espécie de parente pobre do contrato de compra e venda, através de técnicas de equiparação e de extensão do regime deste tipo contratual ao contrato de empreitada, onde por natureza o dono da obra é a parte contratual e tecnicamente mais débil, visto que tem como contraparte, em regra, um profissional de obras detentor de um vasto e profundo conhecimento técnico.

Assim, é pertinente a proteção do dono da obra pelas leis de defesa do consumidor. Com o presente estudo pretendemos expor de forma unitária o regime do contrato de empreitada para consumo. Para o efeito, trataremos de realçar as especialidades da empreitada para consumo em face da empreitada civil, estabelecendo, sempre que necessário, a respetiva comparação.

A nosso ver existem vários traços especiais da empreitada para consumo e são os mesmos que a seguir vamos expor.

PLANO DE EXPOSIÇÃO

O presente trabalho encontra-se dividido em três capítulos.

No capítulo introdutório faremos uma breve caracterização do contrato de empreitada através da apresentação das várias modalidades que o mesmo pode revestir. Faremos igualmente a caracterização sumária do regime jurídico da empreitada civil, enquanto tipo geral cujas regras são subsidiárias para os demais contratos de empreitada privada, procedendo, sempre que nos parecer útil, a referências históricas e juscomparatísticas.

No segundo capítulo, que constitui o cerne do nosso trabalho, abordaremos a problemática da qualificação do contrato de empreitada para consumo, bem como os principais traços do respetivo regime jurídico. Veremos então qual a tutela que a lei confere ao dono da obra consumidor e outros problemas particulares deste subtipo de empreitada.

Por último, faremos uma breve incursão ao Anteprojecto de Código do Consumidor para aferirmos qual o tratamento que este projecto de diploma reserva ao contrato de empreitada para consumo, o que será feito no capítulo III, após o qual serão extraídas as conclusões a que chegarmos no fim do presente trabalho.

APRESENTAÇÃO

Hernani Cambinda obteve a licenciatura na Universidade Católica de Angola e o mestrado na Universidade Católica Portuguesa.

O texto que agora publica é o que, em 2009, apresentou como dissertação no âmbito desse mestrado.

O êxito que obteve em tal grau universitário prenunciou a excelente carreira académica e profissional que desde então tem trilhado.

Por eu ter desempenhado a função de orientador, entendeu o Autor solicitar-me que escrevesse palavras de introdução ao livro. Faço-o com todo o gosto, pese embora a apresentação ser supérflua e eu estar ciente de vários ditos jocosos sobre escritos deste tipo.

Antes de mais, julgo ser de salientar que o texto se debruça sobre o direito português – o que para o Autor colocava a dificuldade de não ser o que tinha tido por referência nos seus estudos de licenciatura. Dizer que tal obstáculo foi transposto de modo que não se nota ter existido é forte elogio à capacidade evidenciada por Hernani Cambinda.

Em segundo lugar, há que pôr em relevo a importância do tema. Uma parte muito significativa dos contratos de consumo são empreitadas, do que são exemplos demonstrativos as obras domésticas e as reparações de automóveis e de eletrodomésticos. Apesar disso, a empreitada para consumo pouco interesse tem merecido por parte da literatura jurídica, sendo a análise feita pelo Autor pioneira em vários aspetos.

Quanto à qualidade dessa análise, chamo a atenção para o domínio da metodologia jurídica e dos grandes temas dos contratos em que ela assenta.

Todo os interessados em Direito Privado, e não só os que pretendam conhecer melhor a figura que é o objeto central da atenção do Autor, encontrarão no texto utilidades várias.

O que deixei escrito leva-me não apenas a expressar a certeza de que este livro será muito bem recebido pelos seus leitores como a fazer votos de que Hernani Cambinda continue a dedicar-se ao estudo teórico do Direito.

Abril de 2015
Rui Pinto Duarte